FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COMUNICADO | 25 NOV 2026

FNE defende avanço das negociações do ECD e exige medidas imediatas de valorização dos professores

A Federação Nacional da Educação (FNE) reúne na próxima sexta-feira, 27 de novembro, às 09h00, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), nas instalações do Ministério, em Lisboa, para mais uma ronda negocial no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A reunião será dedicada à discussão das habilitações para a docência e do respetivo enquadramento normativo, matéria integrada no Tema 2 do protocolo negocial estabelecido entre o Ministério e as organizações sindicais.

Para a FNE, é fundamental que esta reunião permita concluir o Tema 2 e criar condições para o início, com a maior brevidade possível, da negociação do Tema 3, dedicado à Formação.
A Federação considera indispensável que o processo negocial avance de forma consistente e com resultados concretos, de modo a cumprir o compromisso de concluir a revisão global do ECD em tempo útil para que um novo Estatuto possa entrar em vigor no início do próximo ano letivo, 2027/2028.

Este objetivo exige vontade política, respeito pelos compromissos assumidos e um verdadeiro empenho na construção de soluções que permitam valorizar a profissão docente, melhorar as condições de trabalho, dignificar a carreira e reforçar a atratividade da profissão.

Contudo, a FNE tem vindo a defender publicamente que existem medidas cuja concretização não exige, obrigatoriamente, aguardar pela conclusão da revisão e publicação do novo ECD.

É o caso de matérias que exigem respostas urgentes e que podem, desde já, contribuir para melhorar significativamente as condições em que os professores e educadores exercem a sua atividade profissional, nomeadamente:

- **A valorização salarial dos professores e educadores**, tendo como referência a equiparação remuneratória do topo da carreira docente ao topo da carreira de técnico superior da Administração Pública.
- **A eliminação das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões**, pondo fim a um mecanismo injusto que continua a condicionar a progressão na carreira;
- **A redução efetiva da burocracia**, concretizando o objetivo de uma escola com «burocracia zero» no que respeita a procedimentos e tarefas desnecessários;
- **O respeito pelos limites do tempo de trabalho**, garantindo que as exigências colocadas aos docentes não ultrapassam os horários e as obrigações legalmente estabelecidos;
- **O fim dos abusos na utilização da componente não letiva**, impedindo que esta continue a ser utilizada para impor tarefas, reuniões e atividades que desvirtuam a sua finalidade e agravam a sobrecarga de trabalho;
- **O respeito integral pela redução da componente letiva em função da idade e do tempo de serviço**, assegurando que este direito se traduz numa efetiva diminuição da carga de trabalho e não na sua transferência para outras tarefas.

Estas medidas não devem ficar reféns do calendário da revisão do ECD.
Podem e devem ser concretizadas com a maior brevidade possível.

O PAÍS QUE QUEREMOS COMEÇA NA ESCOLA.

Federação Nacional da Educação
Rua Pereira Reis, 399 | 4200-448 Porto
Tel: +351 225 073 880
Email: secretariado@fne.pt | www.fne.pt

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para a FNE, é essencial devolver aos professores tempo, condições e disponibilidade para aquilo que constitui a verdadeira essência da sua profissão: **ensinar, acompanhar os alunos, preparar as aprendizagens e contribuir para o seu desenvolvimento e sucesso educativo.**

A valorização da profissão docente não se faz apenas através de alterações legislativas futuras. **Faz-se também por uma efetiva valorização salarial, a par da melhoria das condições de trabalho e da adoção de medidas concretas**, capazes de produzir efeitos positivos no quotidiano das escolas e na vida dos seus profissionais.

A FNE continuará, por isso, a exigir uma negociação séria, consequente e calendarizada, que permita alcançar um novo Estatuto da Carreira Docente no próximo ano letivo, sem deixar de reclamar a adoção imediata das medidas que não necessitam de esperar por essa revisão.

Os professores não podem continuar à espera de melhores condições para exercer a sua profissão. O novo ECD deve representar um avanço decisivo, mas há mudanças que podem e devem começar já.

A FNE aproveitará ainda esta reunião para solicitar esclarecimentos ao MECI sobre um conjunto de matérias que têm vindo a ser anunciadas e que considera particularmente relevantes para o futuro da Escola Pública, relativamente às quais entende ser indispensável assegurar a participação e o envolvimento efetivo das organizações sindicais.

Neste sentido, e tendo em conta que o Ministério deverá apresentar uma proposta de calendário negocial, a FNE espera que este contemple, entre outras matérias, as alterações ao modelo de administração e gestão escolar, incluindo o Estatuto do Diretor, a eventual fusão de ciclos de ensino, as alterações curriculares e a correção das situações de ultrapassagem na carreira docente, na sequência da publicação da Lei n.º 66/2026.

Para a FNE, é fundamental que estas matérias sejam objeto de discussão e negociação em tempo oportuno, com previsibilidade, calendários claros e efetiva participação dos representantes dos docentes. **Decisões com impacto tão significativo na organização e funcionamento das escolas, nas condições de trabalho e na carreira dos professores não podem ser tomadas sem ouvir e envolver quem conhece a realidade educativa.** Só através de um diálogo sério, participado e consequente será possível construir soluções que valorizem a profissão docente, respeitem os seus profissionais e contribuam para o reforço da qualidade da Escola Pública.

Porto, 25 de novembro de 2026

A Comissão Executiva
Federação Nacional da Educação



Nota: O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, estará disponível para declarações à comunicação social, no local, no final da reunião.

Federação Nacional da Educação
Rua Pereira Reis, 399 | 4200-448 Porto
Tel: +351 225 073 880
Email: secretariado@fne.pt | www.fne.pt